



**Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Cordeiro  
“Cordeiro – Cidade Exposição”  
Poder Legislativo**

Ref. Projeto de Lei Nº 48/2022
Publicação: Jornal _____
Edição:                      Data: _____

**LEI Nº 2583/2022**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO, A ADQUIRIR A TÍTULO ONEROSO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por seus representantes legais, aprovou a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º**– Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir onerosamente, em nome do município, o imóvel consistente em prédios próprios para hospital, sendo devidamente registrado no Livro 2-E, às fls. 147, continuando no livro 2, ficha 01, ambos da matrícula 1.501 do Registro de Imóveis do Cartório de Ofício Único de Cordeiro; inscrições no cadastro municipal n. 01.1.024.0097.001-722 e 01.1.024.0037.001-087; de propriedade de Hospital Antônio Castro, com sede nesta cidade, inscrito no CGC/MF n. 29.237.088/0001-41.

**§1º** O imóvel definido no *caput* deste artigo possui área registrada de 2.582,93 m<sup>2</sup> e avaliação segundo a qual o valor do imóvel foi estimado em R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais).

**§2º** Juntamente com o imóvel serão repassados ao Município de Cordeiro os bens móveis que guarnecem as dependências dos prédios erigidos no imóvel, em especial o mobiliário, equipamentos e demais itens que serão destinados ao poder público municipal.



**Estado do Rio de Janeiro  
Câmara Municipal de Cordeiro  
“Cordeiro – Cidade Exposição”  
Poder Legislativo**

**§3º** A presente autorização é destinada a formalizar a aquisição por meio de hasta pública em procedimento judicial, bem como, caso seja necessário, por meio de qualquer outro procedimento jurídico apto à aquisição do bem, com posterior registro na matrícula no imóvel.

**§4º** O Poder Executivo incorporará, por ato próprio, ao patrimônio da municipalidade os bens de que trata esta Lei.

**Art. 2º** A aquisição do imóvel será perfectibilizada com amparo no inciso X do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante pagamento do montante de até R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), conforme referida avaliação mencionada no §2º do artigo 1º dessa lei.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões Juscelino Kubitschek, 07 de março de 2022.**

**Pablo Sergio de Freitas  
Presidente do Poder Legislativo**